

# FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL E O BRASIL

## Autores

---

Juliana Aparecida Lacerda  
Juliana Cruppi  
Gilberto Rodrigo Moda Alves

## 1. Introdução

---

O Fundo Monetário Internacional foi instituído em 1944, na conferência de Bretton Woods, a qual tinha como papel abrir linhas de créditos para países que obtivessem seu Balanço de Pagamentos deficitário (comercial e serviço), mas que devido à implantação Sistema Monetário Internacional passou a promover as “reformas condicionadas”.

Sendo o Brasil um membro fundador do Fundo Monetário Internacional, este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o Brasil e o Fundo Monetário no decorrer dos anos, até os dias atuais.

## 2. Objetivos

---

Este artigo tem por objetivo analisar a relação do Fundo Monetário Internacional e o Brasil.

## 3. Desenvolvimento

---

Para fundamentar este artigo, foi usada a pesquisa bibliográfica.

## 4. Resultados

---

### Constituição do FMI e suas Políticas Adotadas

O cenário econômico mundial antes do sistema de Bretton Woods se encontrava caótico, pois o estoque de ouro estava relativamente escasso, e as paridades entre as principais moedas oscilavam significativamente.

Durante II Guerra Mundial os países aliados estavam preocupados com as necessidades mundiais que poderiam haver. A preocupação fundamental do Sistema Bretton Woods era elaborar um sistema internacional monetário que atingisse o pleno emprego e a estabilidade do preço.

Foram apresentadas duas propostas em Bretton Woods o Plano Keynes e o Plano White.

Keynes defendia taxa flexível autonomia dos países para adotar controles cambiais nas transações da conta corrente e a constituição de um fundo com recursos suficiente para financiar os respectivos déficits. Já White defendia taxa fixa, liberalização comercial e financeira e a constituição de uma instituição financeira.

A proposta vencedora foi a White, a partir dessa proposta foi implantado um novo padrão monetário internacional chamado de padrão ouro-dólar e foram instituídas algumas instituições financeiras e comerciais de extrema importância para no âmbito internacional como o FMI, Banco Mundial e o GATT/ OMC.

Esse acordo tinha como objetivo “incorporar flexibilidade suficiente para permitir que os países obtivessem o equilíbrio externo de modo a não sacrificar os objetivos internos”.

Para alcançar tais objetivos o FMI dispunha de:

a) Moeda estrangeira para suprir os países membros em determinado período em que suas contas correntes do Balanço de Pagamento estivessem deficitárias.

b) Paridades ajustáveis, uma vez que a taxa de câmbio de cada país era fixa, a mesma poderia sofrer alterações (valorização ou desvalorização) caso o FMI concordasse que a Balança de Pagamentos dos respectivos países estivesse em situação de desequilíbrio fundamental.

“O termo desequilíbrio fundamental não foi definida nos Artigos do Acordo, mas a cláusula significava uma cobertura aos países que sofriam mudanças internacionais adversas permanentes na demanda de seus produtos” (KRUGMAN, 1997; OBSTFELD, 1997.).

Em 1970 os Estados Unidos decidiu por não fazer mais parte do tratado, cuja decisão impactou diretamente no fim do padrão-ouro-dólar. Desde então foi constituído um novo Sistema Monetário Intencional, onde as taxas de câmbio não são mais fixas, mas permanentemente flutuantes.

“Nesse novo contexto, em tese, havendo desequilíbrios nas relações comerciais e de serviços de um país com os demais, a taxa de câmbio se valoriza ou se desvaloriza automaticamente, promovendo ajustes sem a intervenção do FMI. As funções originais, para as quais o Fundo foi criado, praticamente perderam sentido” (BENJAMIM, 2006).

Nas décadas de 80 e 90 o Fundo Monetário Internacional passou a promover reformas neoliberais nas economias periféricas.

“Em vez de lidar com problemas localizados de liquidez o FMI começou a promover rearranjos internos, profundos e duradouros, nesses países. Passou a interferir pesadamente na reorganização das economias (abertura comercial e financeira, por exemplo) e das sociedades (reformas nos sistemas previdenciários e trabalhista por exemplo), exigindo medidas que escapam completamente de sua esfera de competência original “

Esse processo contribuiu para maior grau de liberalização das economias periféricas, principalmente na área financeira e comercial, tornando-as vulneráveis aos movimentos internacionais de capitais.

Ressaltamos que com a liberdade de que os gestores possuem de retirar capitais de determinados países, o desenvolvimento dos países fica na dependência dessas “idas e vindas” de capitais.

A relação entre o FMI e países periféricos, inclui pontos, cuja negociação é impossível, como as metas superavitárias primárias, a política monetária e a liberalização dos movimentos dos capitais, ou seja, as políticas impostas pelo FMI agravam recessões nos países que já estão em recessão.

“Assim, uma vez iniciadas, as reformas liberais exigem novas rodadas complementares, sempre na mesma direção, apresentados agora como inevitáveis. A partir de certo ponto, “não há mais alternativas”, como Margaret Thatcher gostava de dizer. Os países capturados por essa dinâmica, como o Brasil, terminam por encaixar-se perfeitamente, de forma subordinada, na nova ordem mundial desejada pelos Estados Unidos” (BENJAMIM, 2006).

## **2) Relação entre FMI e o Brasil**

A relação entre o FMI e o Brasil especificamente, foi constituída de altos e baixos no decorrer dos anos.

“Durante os anos 80, em decorrência da crise, da dívida externa e da delicada situação do balanço de pagamentos brasileiro, o país recebeu assistência financeira e cumpriu vários programas de ajuste econômico monitorados pelo Fundo” (ALMEIDA, 2006).

a) 1949 - Primeira Operação contratada pelo Brasil com umas das organizações de Bretton Woods. Na década seguinte começaram as operações com o Fundo Monetário, com o aval do Eximbank.

b) Com eleição de Juscelino Kubitschek foi rompido um acordo stand by negociado no ano anterior pelo Ministro Lucas Lopes.

c) 1961- Após renúncia de Jânio Quadros novo acordo stand by, cujo acordo teve impacto importante no âmbito econômico, que foi a unificação dos diferentes regimes cambiais.

d) Durante a presidência de João Goulart, o Brasil não chegou a contrair empréstimo com as entidades internacionais.

e) Com o governo militar (1965 a 1972) houveram sucessivos acordos stand by.

“De fato esses acordos não eram necessários do ponto de vista estrito da balança de pagamento, justificando-se apenas como uma espécie de “selo de qualidade” das políticas econômicas implementadas nessa fase de estabilização.” (ALMEIDA, 2006)

f) Fase do milagre econômico brasileiro (1967) e a primeira crise do petróleo (1973), o governo evitou fazer acordo com o FMI.

“De resto, o FMI teve papel pouco ativo na fase de grandes turbulências dos anos 70, atingindo ele mesmo pela alteração quase completa dos fundamentos que tinham presidido sua atuação institucional desde a assinatura de Bretton Woods: o regime de paridade fixa e a conversibilidade do dólar em ouro a uma taxa estável” (ALMEIDA, 2006).

g) 1979 – Nova crise do petróleo, agravando ainda mais as transações correntes da Balança de Pagamentos do Brasil, porém o governo Figueiredo hesitou em primeira instância de recorrer ao FMI, somente recorreu quando a situação estava fora de controle .

h) 1983 - é negociado um acordo conhecido como “EFF” (Extend Fund Facility), e no final do regime militar o Brasil beneficiou-se de créditos emergências do FMI.

“Mas não conseguiu cumprir parte das exigências e requerimentos formulados pelo staff do órgão e estabelecidos por sua diretoria pois não obtinha condições políticas para um conjunto de reformas tendentes a desindexar a economia brasileira e a colocar as contas públicas sob controle” (ALMEIDA, 2006)

i) A partir de 1985 – O Brasil passa a depender do FMI. O governo anunciou a suspensão dos pagamentos dos juros sobre a dívida oficial, com o objetivo de pressionar novas facilidades creditícias.

j) Em 1987 – O governo declarou uma moratória e, envolvendo o pagamento de juros dos empréstimos dos credores privados.

k) 1990 – Com o Presidente Fernando Collor de Mello foi possível o ajuste estrutural, via desindexação planejada da economia, levando ao Plano Real, o que ocasionou uma solução parcial do problema da dívida.

l) 2002 – O Brasil torna-se cliente do FMI

Atualmente o Brasil não tem nenhum acordo com o Fundo Monetário. Em 2005 o Brasil hesitou em renovar acordo com o mesmo.

Segundo Lula “Agora temos a chance de imperdível de andar por nossas próprias pernas”

De acordo com Antônio Palocci (2006):

“Pelos acordos com o FMI, o Brasil se comprometia a fazer superávits primários, um dinheiro economizado para pagar os juros e, com isso, impedir o descontrole do gerenciamento da dívida pública. Quanto maior o aperto fiscal, menor é o recurso disponível para investimento em geral. Sem o FMI, é possível agora que o governo afrouxe suas metas fiscais, liberando assim mais dinheiro para investimentos”.

Um ponto a contrapor do benefício de o Brasil não depender mais do FMI é que “as condicionalidades tradicionais, impostas pelo Fundo, já foram completamente internalizadas, expressando-se agora em leis brasileiras e coincidindo com opções internas de política econômica” (BENJAMIN, 2006).

## 5. Considerações Finais

---

Abordamos nesse artigo, um histórico da instituição do Fundo Monetário Internacional, na conferência de Bretton Woods. Analisamos também as relações do Brasil com o FMI desde sua fundação, uma vez que participou desse processo.

Como país em expansão, as relações do Brasil com o FMI propiciaram planos de desenvolvimento, como podemos notar pela seqüência cronológica com que os acontecimentos foram abordados.

Entretanto, devemos observar a relação de dependência existente nas negociações com o FMI, que sendo administrado pelos países membros, possui maior percentual por parte dos Estados Unidos.

Julgamos proveitoso o pesquisa desse assunto, pela importância que assume em nossa área de estudo, podendo fazer uma ponte entre os fatos ocorridos e as negociações que por ventura ocorrerem.

### **Referências Bibliográficas**

---

ALMEIDA, P. R. De. Disponível em: <[www.pralmeida.com.br](http://www.pralmeida.com.br)>. Acesso em 23 maio 06.

BANJAMIN C.; RIBEIRO, R. T.; Disponível em: <[www.outrobrasil.com.br](http://www.outrobrasil.com.br)>. Acesso em 07 jun. 06.

KRUGMAN, P.R.; OBSTFELD, M. Economia Internacional – Teoria Política. São Paulo: MAKRON Books, 1999. p. 553-556.

PALOCCI, A. Disponível em: <[www.folha.uol.com.br](http://www.folha.uol.com.br)>. Acesso em: 25 maio 06.